



Processo nº : 10875.002238/00-90
Recurso nº : 120.850
Acórdão nº : 202-14.550

Recorrente : **INDÚSTRIA DE MEIAS SCALINA LTDA.**
Recorrida : **DRJ em Ribeirão Preto - SP**

IPI – CRÉDITOS REFERENTES A INSUMOS UTILIZADOS NA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS EXPORTADOS – RESSARCIMENTO – A escrituração como custo do valor do IPI referente às aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos exportados, não impede o ressarcimento do crédito desse tributo, sobretudo se o sujeito passivo, ao escriturar extemporaneamente o crédito do imposto reverteu a contabilização do valor do IPI de custos para a conta de resultado denominada “recuperação de despesas”.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **INDÚSTRIA DE MEIAS SCALINA LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 2003

Henrique Pinheiro Torres
Henrique Pinheiro Torres
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Eduardo da Rocha Schmidt, Ana Neyle Olímpio Holanda, Gustavo Kelly Alencar, Raimar da Silva Aguiar, Nayra Bastos Manatta e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

cl/ovrs



Processo nº : 10875.002238/00-90

Recurso nº : 120.850

Acórdão nº : 202-14.550

Recorrente : **INDÚSTRIA DE MEIAS SCALINA LTDA.**

RELATÓRIO

Trata o presente processo da Solicitação de Compensação, valor de R\$4.087,35, relativa ao ressarcimento de insumos utilizados na fabricação de produtos exportados (Decreto-Lei nº 491/69, art. 5º e Lei nº 8.402/92, artigo 1º, inciso II), fls. 01/07.

A Delegacia da Receita Federal em Guarulhos - SP decidiu por indeferir o pleito de ressarcimento em virtude de a contribuinte ter contabilizado como custo.

Irresignada com o indeferimento de seu pleito, a reclamante apresentou manifestação de inconformidade contra a referida decisão, alegando, em síntese, que, na qualidade de exportador de produtos industrializados, tem direito ao ressarcimento dos créditos de IPI.

A 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP manteve o indeferimento do ressarcimento dos créditos do IPI, em acórdão assim ementado:

"IPI - NULIDADES. Só são nulos os atos praticados com cerceamento de defesa ou por autoridade competente.

IPI - INCENTIVOS FISCAIS. Indefere-se o pleito de ressarcimento quando inexistir crédito ressarcível, em face da contabilização dos mesmos valores como custo."

Irresignada com o não acolhimento de seu pedido, a recorrente apresentou recurso a este Colegiado, onde repisa os argumentos expendidos na manifestação de inconformidade apresentada à Delegacia de Julgamento e pugna pela reforma do acórdão recorrido para que lhe seja deferido o direito ao ressarcimento pleiteado, sobretudo por não haver qualquer norma legal que imponha a sanção de perda do direito ao ressarcimento de crédito de IPI previsto no art. 159 do RIPI/1998, por sua anterior contabilização como custo, a qual fora revertida quando da postulação do pedido de ressarcimento.

É o relatório. 



Processo nº : 10875.002238/00-90
Recurso nº : 120.850
Acórdão nº : 202-14.550

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
HENRIQUE PINHEIRO TORRES

O recurso é tempestivo e, tendo atendido aos demais pressupostos processuais para sua admissibilidade, dele tomo conhecimento.

A contribuinte, ao contabilizar o IPI que pretende ver ressarcido, contabilizou-o como custo, quando da aquisição dos insumos. Posteriormente, efetuou a reversão da apropriação contábil desses créditos de IPI como custo, escriturando-os a crédito na conta de resultado “recuperação de despesas”. Tal fato foi constatado pela Fiscalização e descrito na informação fiscal que subsidiou a decisão da Delegacia da Receita Federal em Guarulhos - SP que indeferiu o pedido de ressarcimento de IPI interposto pela reclamante.

Preliminarmente, verifica-se que o litígio não envolve o próprio direito ao incentivo fiscal, este não foi posto sequer em dúvida pela DRF ou DRJ citadas, mas sim de se verificar se a apropriação contábil do IPI como custo impediria o aproveitamento do crédito fiscal.

O direito à utilização e à manutenção, por parte do produtor exportador, de créditos de IPI referentes a insumos empregados na fabricação de produtos destinados ao exterior está condicionado, tão-somente, à comprovação da licitude dos créditos, assim entendida o destaque do imposto nas Notas Fiscais de aquisição dos insumos e o efetivo consumo destes na fabricação dos produtos destinados à exportação, sendo que, se esta não ocorrer, deve o estabelecimento industrial providenciar o estorno dos créditos. O fato de o sujeito passivo haver escriturado o valor do IPI pago como custo, não importa em perda do direito ao ressarcimento do crédito, pois a lei não previu tal restrição, e onde a lei não restringe não cabe ao intérprete fazê-lo. Todavia, cabe ao Fisco, se o sujeito passivo utilizou esse custo como despesa dedutível do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, glosá-la.

No caso presente, é incontroverso a existência dos créditos, havendo divergência apenas no tocante ao direito de restituição em face de sua escrituração como custos, todavia, conforme escrito linhas acima, a forma de escrituração dos créditos, pode ensejar autuação (glosa de despesas) pertinente ao Imposto de Renda, mas não é causa impeditiva de restituição.

Registre-se, por oportuno, que a contribuinte, ao entrar com o pedido de restituição dos créditos, ora em análise, reverteu o lançamento contábil anterior, escriturando a **crédito** na conta de resultado denominada “recuperação de despesas” os valores que haviam sido registrados como custos. Com isso, deixa de existir a controvérsia acerca da escrituração desses créditos como custo. Nada impede, entretanto, que a Fiscalização apure eventuais irregularidades nas declarações de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica decorrentes da escrituração e utilização como custos dos valores correspondentes aos créditos destes autos e, se houver, exija, de ofício, a diferença do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.



Processo nº : 10875.002238/00-90
Recurso nº : 120.850
Acórdão nº : 202-14.550

Frente ao exposto, dou provimento ao recurso, sem prejuízo de verificação, por parte da Delegacia de origem, da certeza e liquidez dos valores alegados, com base na Legislação específica.

Recurso provido.

Sala das Sessões, em 30 de janeiro de 2003


HENRIQUE PINHEIRO TORRES